



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- Gabinete do Prefeito -

FLS.	002
PROC.	172/17
C.M.	

OFÍCIO/SNJ Nº 00140/2017

Em 17 de maio de 2017

Ao
Excelentíssimo Senhor
JÉFERSON YASHUDA FARMACÊUTICO
Presidente da Câmara Municipal
Rua São Bento, 887 – Centro
14801-300 - ARARAQUARA/SP

Senhor Presidente:

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Araraquara, encaminhamos a Vossa Excelência, a fim de ser apreciado pelo nobre Poder Legislativo, o incluso Projeto de Lei que Dispõe sobre o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara e dá outras providências.

Trata-se de uma reformulação na composição do Conselho, visando a atualizar a legislação em face da atual estrutura administrativa da Prefeitura, alinhando-o também à conjuntura social da cidade, aumentando sua representatividade, e, sobretudo, dinamizando as atividades desse importante órgão.

Assim, tendo em vista a finalidade a que o Projeto de Lei se destinará, entendemos estar plenamente justificada a propositura do mesmo que, por certo, irá merecer a aprovação desta Casa de Leis.

Finalmente, por julgarmos esta propositura como medida de urgência, solicitamos seja o presente Projeto de Lei apreciado dentro do menor prazo possível, nos termos do artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

Valho-me do ensejo para renovar-lhe os protestos de estima e apreço.

Atenciosamente,

EDINHO SILVA
Prefeito Municipal

14:14 18/05/2017 003634 PROTOCOLO-CÂMARA MUNICIPAL ARARAQUARA



FLS.	003
PROC.	17214
C.M.	

Projeto de Lei nº

139. 717

Dispõe sobre o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara e dá outras providências.

Art. 1º. Fica reformulado o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara, visando à participação da sociedade organizada, em especial dos usuários do transporte público coletivo, no processo de planejamento e gestão desse serviço, visando seu constante aperfeiçoamento.

Art. 2º. O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo é órgão de participação direta da comunidade, tendo por atribuição:

I – auxiliar a Controladoria do Transporte de Araraquara – CTA, no planejamento de ações e fiscalização da política municipal de transporte público, emitindo parecer mensal sobre a qualidade do transporte público, inclusive sobre a execução de contratos de concessão, o qual deverá ser encaminhado mensalmente ao Chefe do Executivo;

II – participar do processo de planejamento das empresas de transporte coletivo, fazendo cumprir todas as exigências legais das concessões atualmente existentes no município;

III – possibilitar a participação da população no direcionamento das ações da(s) empresa(s) de acordo com as necessidades dos usuários;

IV – participar de políticas de melhoria na qualidade do serviço prestado, tendo poder para requerer informações e convocar prestadores de serviços;



FLS.	004
PROC.	142/14
C.M.	

V – incentivar a população a utilizar o transporte coletivo, tornando públicos indicadores de qualidade dos serviços prestados;

VI – participar da avaliação da qualidade de atendimento e propor mudanças, emitindo bimestralmente indicadores de qualidade de todos os serviços de transporte público existentes no município,

VII - analisar questões e sugestões quanto à demanda de usuários e beneficiários em geral;

VIII – acompanhar o desenvolvimento das ações para melhoria das condições de transporte para pessoas com deficiência, estabelecendo prazos para mudanças e adequações que, se não atendidas, ensejarão emissão de parecer do Conselho, encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, opinando pela suspensão da concessão;

IX – requerer junto ao Chefe do Poder Executivo, à Controladoria de Transporte de Araraquara – CTA e às empresas concessionárias, a formação de grupos de assessoria técnica para, sempre que necessário, auxiliarem na formulação de pareceres de interesse dos usuários de transporte coletivo;

X – requerer junto à Controladoria de Transporte de Araraquara – CTA a elaboração de convênio com instituições de ensino para a elaboração de indicadores de qualidade de todos os modais de transporte público do município;

XI – divulgar as ações da(s) empresa(s) concessionária(s) que sejam de interesse da comunidade;

XII – elaborar proposta de regimento interno, bem como de suas alterações, e remetê-lo ao Chefe do Poder Executivo, para que o edite por ato administrativo próprio;

XIII – viabilizar a participação da população na formulação de diretrizes, de acordo com as necessidades dos usuários de transporte público, por meio da



FLS.	005
PROC.	142/14
C.M.	

implantação de Conselhos Regionais de usuários do transporte público, que deverão acompanhar as divisões estabelecidas pelo orçamento participativo;

XIV – elaborar e aprovar normas próprias de funcionamento, um calendário de reuniões do Conselho, bem como de todos os Conselhos regionais, com a finalidade de dinamizar sua atuação e facilitar sua organização;

XV – convocar assembleias gerais ordinárias, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário;

XVI – divulgar com antecedência a data e horário das reuniões ou assembleias;

XVII – buscar intercâmbio e integração com outros conselhos implantados no município;

XVIII – manifestar-se sobre a majoração de tarifas de cobrança de todos os modais de transporte público;

Parágrafo único. Dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei, o Chefe do Executivo regulamentará a regionalização dos Conselhos de Usuários de Transporte Coletivo.

Art. 3º. O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo será composto pelos seguintes representantes:

I – Do poder público:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

b) 01 (um) representante da Coordenadoria Executiva de Mobilidade Urbana;

c) 01 (um) representante da Controladoria do Transporte de Araraquara – CTA;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular;



FLS.	006
PROC.	172/17
C.M.	Ⓟ

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública;

f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

II – Da sociedade civil:

a) 02 (dois) representantes das concessionárias de transporte coletivo;

b) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários Urbanos de Araraquara e Região;

c) 01 (um) representante do Sindicato dos condutores autônomos de Araraquara;

d) 01 (um) representante do Sindicato dos transportadores escolares de Araraquara – SINTEA;

e) 01 (um) representante do Sindicato dos empregados no comércio de Araraquara e Região – SINDCOMERCIÁRIOS;

f) 04 (quatro) representantes de Conselhos Municipais, sendo um do Conselho Municipal do Idoso, um do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências – Comdef, um do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Araraquara e um do Conselho Municipal da Juventude - COMJUVE;

g) 02 (dois) representantes de entidades de estudantes secundaristas;

h) 02 (dois) representantes de entidades de estudantes universitários;

i) 01 (um) representante de entidades voltadas para a atenção à pessoa idosa;

j) 11 (onze) representantes dos Conselhos Regionais de usuários do transporte público, respeitando-se a representatividade regional (1 Conselheiro por regional);



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- Gabinete do Prefeito -

FLS.	004
PROC.	172112
C.M.	0

k) 4 (quatro) representantes do Orçamento Participativo, sendo 02 (dois) deles escolhidos na Plenária da Cidade e 02 (dois) deles escolhidos a partir dos membros do Conselho do Orçamento Participativo.

§1º. Os representantes do Orçamento Participativo, oriundos do Conselho do Orçamento Participativo, referidos na alínea “k” do inciso II deste artigo serão escolhidos em reuniões plenárias públicas convocadas para a elaboração das prioridades orçamentárias do município, para integrarem o Conselho Municipal do Orçamento Participativo (representantes de diversas regiões) e, posteriormente, entre os membros desse conselho, escolhidos para integrar este Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara.

§2º. Enquanto não tiverem sido empossados os membros do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, os membros do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara referidos na alínea “k” do inciso II deste artigo serão representados, interinamente, por representantes das Plenárias do Orçamento Participativo.

§3º. Os representantes do Orçamento Participativo referidos na alínea “k” do inciso II deste artigo, oriundos da plenária da Cidade, serão escolhidos em reuniões plenárias públicas convocadas especialmente para a discussão do orçamento participativo voltado para as políticas para o transporte coletivo.

§4º. A escolha dos representantes dos Conselhos referidos nos incisos “f” e “j” do inciso II deste artigo dar-se-á por meio de eleição que será convocada, a partir da publicação de edital, pela Presidência dos respectivos conselhos;

§5º. O Chefe do executivo designará os representantes governamentais no prazo de 15 (quinze) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei;

§6º. As entidades da sociedade civil e entidades privadas às quais foi franqueado assento no presente Conselho indicarão seus representantes no prazo de



FLS.	008
PROC.	02/14
C.M.	

15 (quinze) dias a contar da entrada em vigor do presente Lei, sendo que, após tal indicação, o chefe do Executivo terá igual prazo para ultimá-las;

§7º. Os representantes da sociedade civil e de entidades privadas referidos no presente artigo que se ausentarem por três vezes das reuniões do Conselho, de maneira injustificada, serão substituídos, por meio de novas designações efetuadas pelo Chefe do Executivo, respeitando-se a representatividade estabelecida neste artigo.

Art. 4º. Os membros do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

Parágrafo único. Ocorrendo vaga no Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara por renúncia, morte ou incompatibilidade de função de algum de seus membros, o Chefe do Executivo efetuará nova designação, na forma do §7º do Art. 3º desta Lei, respeitando-se a representatividade estabelecida na composição do Conselho.

Art. 5º. O exercício das funções de membro do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 6º. O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quantas vezes se fizer necessário, a partir da convocação de seu Presidente ou da maioria simples de seus membros.

Art. 7º. O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara será coordenado por uma Diretoria Executiva composta por um Presidente, um Vice Presidente e Secretário, eleitos pelos seus pares, dentre os seus membros, na primeira reunião ordinária do Conselho após a entrada em vigor da presente Lei.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- Gabinete do Prefeito -

FLS.	009
PROC.	2212
C.M.	

§1º. Compete ao Presidente:

I - Representar como autoridade e exercer a direção superior do Conselho em todos os seus aspectos, ouvido o plenário, fazendo cumprir a responsabilidade geral do colegiado;

II – Convocar e presidir as reuniões e eventos realizados pelo Conselho;

III - Cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação que rege as atividades e a vida do Conselho, encaminhando as suas resoluções deliberativas;

IV - Coordenar as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, ordenando os debates e neles intervindo para esclarecimento e encaminhamentos;

V - Resolver questões de ordem;

VI - Comunicar a quem de direito as decisões do Conselho e encaminhar-lhe as deliberações que impliquem providências;

VII - Designar membros para compor comissões, Câmaras Técnicas, além de para representar formalmente o Conselho e para o desempenho de encargos especiais;

VIII - Fazer executar as decisões do Plenário;

IX - Dar publicidade, pelos meios oficiais e pelo sítio da Prefeitura Municipal, de ato do Conselho ou de súmula de ata de qualquer reunião, desde que contenha matéria de interesse imediato da comunidade;

X - Deliberar em casos de urgência e sobre casos omissos no Regimento “ad referendum” do Plenário.

§2º. Compete ao Vice Presidente:

I – Substituir e representar o Presidente em suas ausências;

II – Exercer funções delegadas pelo Presidente ou pelo Plenário.



FLS.	010
PROC.	2114
C.M.	2

§3º. Compete ao Secretário:

I - Auxiliar o Presidente nas questões administrativas e na condução dos trabalhos da sessão, de forma a permitir o bom desempenho das plenárias;

II - Lavrar as atas das reuniões e submetê-las à aprovação do Conselho;

III - Substituir automaticamente o Presidente e o Vice Presidente, na vacância ou nas ausências de ambos;

IV - Expedir comunicações e deliberações, encaminhando-as para a publicação e a divulgação, divulgando-as, inclusive, por intermédio do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal;

V – Organizar e manter arquivo o acervo legal e documental atualizado;

VI - Manter comunicação constante com os conselheiros, enviando documentos, pautas e matérias para estudo e ciência dos mesmos.

§4º. O mandato dos membros da Diretoria Executiva do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 8º. Ao Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara é facultado formar Câmaras Técnicas, Câmaras Setoriais, Comissões e Grupos Temáticos, provisórios ou permanentes, para assessoramento, consultoria técnica e profissional sobre assuntos de interesse coletivo, com a participação de conselheiros, Secretarias Municipais, órgãos públicos e demais colaboradores, objetivando apresentar projetos, elaborar pareceres e propor medidas que contribuam para a concretização de suas políticas.

Art. 9º. O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara elaborará, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de entrada em vigor desta Lei, proposta de Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria



FLS.	011
PROC.	1213
C.M.	

simples dos membros presentes em assembleia convocada para esse fim e será publicado pelo Executivo Municipal por ato administrativo próprio.

Art. 10. Ficam mantidos, até o seu termo final, os atuais mandatos de conselheiros representantes da sociedade civil, concedidos com fundamento na Lei Municipal nº 7.558, de 21 de outubro de 2011, ainda que dessa manutenção implique aumento temporário no número de membros do presente Conselho.

Art. 11. Fica criada a “Conferência Municipal do Transporte Coletivo” para a elaboração do “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo”.

§1º. A conferência será realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei e, para as próximas edições da conferência, em até 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação de sua convocação.

§2º. A conferência será precedida, necessariamente, de mais de um debate temático sobre a questão do transporte coletivo no Município de Araraquara.

Art. 12. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da Conferência, o “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo” será encaminhado pela Conferência estabelecida na presente Lei ao Chefe do Executivo, que o submeterá ao crivo do poder legislativo na forma de Projeto de Lei.

Art. 13. O “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo” deverá conter as políticas públicas para o transporte coletivo no Município de Araraquara para os 4 (quatro) anos subsequentes à realização da Conferência.

Art. 14. O Chefe do Executivo designará a comissão organizadora da “Conferência Municipal do Transporte Coletivo” estabelecida nesta Lei no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei e, para as próximas edições da conferência, em 15 (quinze) dias a contar da publicação de sua convocação.



FLS.	012
PROC.	172/14
C.M.	0

Art. 15. O Chefe do Executivo publicará o regulamento da “Conferência Municipal do Transporte Coletivo” no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei e, para as próximas edições da conferência, em 30 (trinta) dias a contar da publicação de sua convocação.

Art. 16. Após 2 (dois) anos do início da vigência de cada “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo” será convocada uma conferência para a realização de revisão e de diagnóstico sobre a execução parcial de cada plano.

Art. 17. A cada quatro anos, a contar da data de entrada em vigor da presente Lei deverá ser realizada a “Conferência Municipal do Transporte Coletivo”, observando-se o disposto nos Artigos 13 a 18 desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 7.558, de 21 de outubro de 2011.

Prefeitura do Município de Araraquara, aos 17 (dezessete) de maio de 2017 (dois mil e dezessete).


Edinho Silva
Prefeito Municipal



FLS. 013
 PROC. 122/17
 C.M. 12

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

DESPACHOS

Processo nº **172** /17

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Recebido nesta data: **18 MAI 2017**

Prazo para apreciação até:... **19 JUN 2017**

Araraquara, 18 de maio de 2017.

[Handwritten Signature]
VALDEMAR MARTINS NETO MENDONÇA
 Diretor Legislativo

Nos termos regimentais, encaminhe-se o presente Processo às Comissões Competentes.

Araraquara, 19 de maio de 2017.

[Handwritten Signature]
JÉFERSON YASHUDA FARMACÊUTICO
 Presidente

Aprovado em única discussão e votação, nos termos do artigo 245, do Regimento Interno.

Araraquara, **23 MAIO 2017**

.....
 Presidente

Dispensado o parecer sobre a redação final, a requerimento do vereador Paulo Bandeira

Nos termos do artigo 256, do Regimento Interno

Araraquara, **23 MAIO 2017**

.....
 Presidente

FLS.	014
PRCC.	12/12
C.M.	

Valdemar M. Neto Mendonça

De: Valdemar M. Neto Mendonça
Enviado em: quinta-feira, 18 de maio de 2017 16:46
Para: Assessoria Chediek; Assessoria Juliana Damus; Édio Lopes; Edison Jose Soares; Elias Chediek; Elton Hugo Negrini; Gerson Roza de Freitas; Jeferson Yashuda; José Carlos Porsani; Jose Luiz Gilliotti dos Santos; Juliana Damus; Lucas Grecco; Magal Verri; Pastor Raimundo Bezerra; Paulo Fernando Paes Landim; Presidencia; Rafael de Angeli; Roger Tiago de Freitas Mende; Tenente Santana; Thainara Karoline Faria; Toninho do Mel
Cc: Adriana do Carmo Bellotti; Ana Paula Morato de Miranda; Camila Pazim; Daniel Guedes Evangelista; Estagiário Imprensa; Evandro Gianasi Vasconcelos; Francisco de Assis; Jéssica Leal Mendonça; Juliane Adne Corradi Pastre; Mariana Tiemi Kimura Claudio; Renan Antonio Abbade Dentillo; Thiago Moura Bego; Wagner Luiz; William Yuzo Miyagi; Daniel L. O. Mattosinho; Marcelo R. D. Cavalcanti
Assunto: Projetos e indicação do Executivo protocolizados nesta data
Anexos: Currículo Edivaldo Ravenna Picazo.pdf; OFÍCIOSNJ N 0140.2017 - Transporte Coletivo.doc; OFÍCIOSNJ N 0146.2017 - Revogação COMDES.doc; OFÍCIOSNJ N 0147.2017 - Indicação Comissão de Ética.doc; OFÍCIOSNJ N 0148.2017 - Aumento de Vagas Técnico Desportivo.doc; OFÍCIOSNJ N 0149.2017 - Horário Especial.doc; OFÍCIOSNJ N 0150.2017 - Movimento Paulista de Segurança no Trânsito MPST.doc; OFÍCIOSNJ N 0151.2017 - Crédito Suplementar DAAE.doc

Boa tarde!

Seguem anexos 06 (seis) projetos e 01 (uma) indicação para Presidente da Comissão de Ética Pública protocolizados pelo Executivo nesta data.

Atenciosamente,

VALDEMAR MARTINS NETO MENDONÇA
Diretoria Legislativa
Telefone fixo (16) 3301-0619
Telefone móvel (16) 9 9752-8056
E-mail: valdemar@camara-arq.sp.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER N°

197

/17

Projeto de Lei n° 139/2017

Processo n° 172/2017

FLS.	015
PROC.	172/17
C.M.	

Iniciativa: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assunto: Reformula o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara, órgão de participação direta da comunidade, visando à participação da sociedade organizada, em especial dos usuários do transporte público coletivo, no processo de planejamento e gestão deste serviço, e dá outras providências.

São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias, ou Departamentos equivalentes, e órgãos da Administração Pública direta e indireta, autárquica e fundacional (artigo 74, III, da Lei Orgânica do Município).

A elaboração da propositura atendeu as normas regimentais vigentes.

A Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento e a Comissão de Transportes, Habitação e Saneamento deverão manifestar-se sobre o assunto.

Pela legalidade.

Quanto ao mérito, o plenário decidirá.

É o parecer.

Sala de reuniões das comissões,

19 MAI 2017

José Carlos Porsani
Presidente da CJLR

Cabo Magal Verri

Thainara Faria



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE TRIBUTAÇÃO, FINANÇAS E
ORÇAMENTO

PARECER Nº

118

/17

Projeto de Lei nº 139/2017

Processo nº 172/2017

FLS.	016
PROC.	172/17
C.M.	

Iniciativa: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assunto: Reformula o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara, órgão de participação direta da comunidade, visando à participação da sociedade organizada, em especial dos usuários do transporte público coletivo, no processo de planejamento e gestão deste serviço, e dá outras providências.

Ao apreciar a matéria, a douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação concluiu pela sua legalidade.

No que diz respeito a sua competência, esta Comissão nada tem a objetar.

Cabe ao plenário decidir.

À Comissão de Transportes, Habitação e Saneamento para manifestação.

É o parecer.

Sala de reuniões das comissões, 19 MAI 2017

Elias Chediek
Presidente da CTFO

Zé Luiz

Roger Mendes



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
COMISSÃO DE TRANSPORTES, HABITACÃO E
SANEAMENTO

PARECER Nº

010

/17

Projeto de Lei nº 139/2017

Processo nº 172/2017

FLS.	018
PROC.	172/17
C.M.	8

Iniciativa: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Assunto: Reformula o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara, órgão de participação direta da comunidade, visando à participação da sociedade organizada, em especial dos usuários do transporte público coletivo, no processo de planejamento e gestão deste serviço, e dá outras providências.

Ao apreciar a matéria, a douta Comissão de Justiça, Legislação e Redação concluiu pela sua legalidade.

No que diz respeito a sua competência, esta Comissão nada tem a objetar.

Cabe ao plenário decidir.

É o parecer.

Sala de reuniões das comissões,

19 MAI 2017

Lucas Grecco
Presidente da CTHS

Pastor Raimundo Bezerra

Tenente Santana



FLS.	018
PROC.	12/17
C.M.	17

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA
AUTÓGRAFO NÚMERO 117/17
PROJETO DE LEI NÚMERO 139/17

Dispõe sobre o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara e dá outras providências.

Art. 1º Fica reformulado o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara, visando à participação da sociedade organizada, em especial dos usuários do transporte público coletivo, no processo de planejamento e gestão desse serviço, visando seu constante aperfeiçoamento.

Art. 2º O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo é órgão de participação direta da comunidade, tendo por atribuição:

I – auxiliar a Controladoria do Transporte de Araraquara – CTA, no planejamento de ações e fiscalização da política municipal de transporte público, emitindo parecer mensal sobre a qualidade do transporte público, inclusive sobre a execução de contratos de concessão, o qual deverá ser encaminhado mensalmente ao Chefe do Executivo;

II – participar do processo de planejamento das empresas de transporte coletivo, fazendo cumprir todas as exigências legais das concessões atualmente existentes no município;

III – possibilitar a participação da população no direcionamento das ações da(s) empresa(s) de acordo com as necessidades dos usuários;

IV – participar de políticas de melhoria na qualidade do serviço prestado, tendo poder para requerer informações e convocar prestadores de serviços;

V – incentivar a população a utilizar o transporte coletivo, tornando públicos indicadores de qualidade dos serviços prestados;

VI – participar da avaliação da qualidade de atendimento e propor mudanças, emitindo bimestralmente indicadores de qualidade de todos os serviços de transporte público existentes no município,

VII - analisar questões e sugestões quanto à demanda de usuários e beneficiários em geral;

VIII – acompanhar o desenvolvimento das ações para melhoria das condições de transporte para pessoas com deficiência, estabelecendo prazos para mudanças e adequações que, se não atendidas, ensejarão emissão de parecer do Conselho, encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, opinando pela suspensão da concessão;

IX – requerer junto ao Chefe do Poder Executivo, à Controladoria de Transporte de Araraquara – CTA e às empresas concessionárias, a formação de grupos de assessoria técnica para, sempre que necessário, auxiliarem na formulação de pareceres de interesse dos usuários de transporte coletivo;

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA 1

Presidente

FLS. 019
PROC. 17212
C.M. CTA a

X – requerer junto à Controladoria de Transporte de Araraquara elaboração de convênio com instituições de ensino para a elaboração de indicadores de qualidade de todos os modais de transporte público do município;

XI – divulgar as ações da(s) empresa(s) concessionária(s) que sejam de interesse da comunidade;

XII – elaborar proposta de regimento interno, bem como de suas alterações, e remetê-lo ao Chefe do Poder Executivo, para que o edite por ato administrativo próprio;

XIII – viabilizar a participação da população na formulação de diretrizes, de acordo com as necessidades dos usuários de transporte público, por meio da implantação de Conselhos Regionais de usuários do transporte público, que deverão acompanhar as divisões estabelecidas pelo orçamento participativo;

XIV – elaborar e aprovar normas próprias de funcionamento, um calendário de reuniões do Conselho, bem como de todos os Conselhos regionais, com a finalidade de dinamizar sua atuação e facilitar sua organização;

XV – convocar assembleias gerais ordinárias, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário;

XVI – divulgar com antecedência a data e horário das reuniões ou assembleias;

XVII – buscar intercâmbio e integração com outros conselhos implantados no município;

XVIII – manifestar-se sobre a majoração de tarifas de cobrança de todos os modais de transporte público.

Parágrafo único. Dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei, o Chefe do Executivo regulamentará a regionalização dos Conselhos de Usuários de Transporte Coletivo.

Art. 3º O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo será composto pelos seguintes representantes:

I – Do poder público:

a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;

b) 01 (um) representante da Coordenadoria Executiva de Mobilidade Urbana;

c) 01 (um) representante da Controladoria do Transporte de Araraquara – CTA;

d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular;

e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública;

f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação.

II – Da sociedade civil:

a) 02 (dois) representantes das concessionárias de transporte coletivo;

b) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários Urbanos de Araraquara e Região;

c) 01 (um) representante do Sindicato dos condutores autônomos de Araraquara;



Presidente

d) 01 (um) representante do Sindicato dos transportadores escolares de Araraquara – SINTEA;

e) 01 (um) representante do Sindicato dos empregados no comércio de Araraquara e Região – SINDCOMERCIÁRIOS;

f) 04 (quatro) representantes de Conselhos Municipais, sendo um do Conselho Municipal do Idoso, um do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências – Comdef, um do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Araraquara e um do Conselho Municipal da Juventude - COMJUVE;

g) 02 (dois) representantes de entidades de estudantes secundaristas;

h) 02 (dois) representantes de entidades de estudantes universitários;

i) 01 (um) representante de entidades voltadas para a atenção à pessoa idosa;

j) 11 (onze) representantes dos Conselhos Regionais de usuários do transporte público, respeitando-se a representatividade regional (1 Conselheiro por regional);

k) 4 (quatro) representantes do Orçamento Participativo, sendo 02 (dois) deles escolhidos na Plenária da Cidade e 02 (dois) deles escolhidos a partir dos membros do Conselho do Orçamento Participativo.

§ 1º Os representantes do Orçamento Participativo, oriundos do Conselho do Orçamento Participativo, referidos na alínea “k” do inciso II deste artigo serão escolhidos em reuniões plenárias públicas convocadas para a elaboração das prioridades orçamentárias do município, para integrarem o Conselho Municipal do Orçamento Participativo (representantes de diversas regiões) e, posteriormente, entre os membros desse conselho, escolhidos para integrar este Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara.

§ 2º Enquanto não tiverem sido empossados os membros do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, os membros do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara referidos na alínea “k” do inciso II deste artigo serão representados, interinamente, por representantes das Plenárias do Orçamento Participativo.

§ 3º Os representantes do Orçamento Participativo referidos na alínea “k” do inciso II deste artigo, oriundos da plenária da Cidade, serão escolhidos em reuniões plenárias públicas convocadas especialmente para a discussão do orçamento participativo voltado para as políticas para o transporte coletivo.

§ 4º A escolha dos representantes dos Conselhos referidos nos incisos “f” e “j” do inciso II deste artigo dar-se-á por meio de eleição que será convocada, a partir da publicação de edital, pela Presidência dos respectivos conselhos.

§ 5º O Chefe do Executivo designará os representantes governamentais no prazo de 15 (quinze) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei.

§ 6º As entidades da sociedade civil e entidades privadas às quais foi franqueado assento no presente Conselho indicarão seus representantes no prazo de 15 (quinze) dias a contar da entrada em vigor do presente Lei, sendo que, após tal indicação, o chefe do Executivo terá igual prazo para ultimá-las.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Presidente

§ 7º Os representantes da sociedade civil e de entidades privadas referidos no presente artigo que se ausentarem por três vezes das reuniões do Conselho, de maneira injustificada, serão substituídos, por meio de novas designações efetuadas pelo Chefe do Executivo, respeitando-se a representatividade estabelecida neste artigo.

Art. 4º Os membros do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

Parágrafo único. Ocorrendo vaga no Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara por renúncia, morte ou incompatibilidade de função de algum de seus membros, o Chefe do Executivo efetuará nova designação, na forma do § 7º do Art. 3º desta Lei, respeitando-se a representatividade estabelecida na composição do Conselho.

Art. 5º O exercício das funções de membro do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 6º O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quantas vezes se fizer necessário, a partir da convocação de seu Presidente ou da maioria simples de seus membros.

Art. 7º O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara será coordenado por uma Diretoria Executiva composta por um Presidente, um Vice Presidente e Secretário, eleitos pelos seus pares, dentre os seus membros, na primeira reunião ordinária do Conselho após a entrada em vigor da presente Lei.

§ 1º Compete ao Presidente:

I - Representar como autoridade e exercer a direção superior do Conselho em todos os seus aspectos, ouvido o plenário, fazendo cumprir a responsabilidade geral do colegiado;

II - Convocar e presidir as reuniões e eventos realizados pelo Conselho;

III - Cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação que rege as atividades e a vida do Conselho, encaminhando as suas resoluções deliberativas;

IV - Coordenar as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, ordenando os debates e neles intervindo para esclarecimento e encaminhamentos;

V - Resolver questões de ordem;

VI - Comunicar a quem de direito as decisões do Conselho e encaminhar-lhe as deliberações que impliquem providências;

VII - Designar membros para compor comissões, Câmaras Técnicas, além de para representar formalmente o Conselho e para o desempenho de encargos especiais;

VIII - Fazer executar as decisões do Plenário;

IX - Dar publicidade, pelos meios oficiais e pelo sítio da Prefeitura Municipal, de ato do Conselho ou de súmula de ata de qualquer reunião, desde que contenha matéria de interesse imediato da comunidade;

X - Deliberar em casos de urgência e sobre casos omissos no Regimento “ad referendum” do Plenário.

§ 2º Compete ao Vice Presidente:

- I – Substituir e representar o Presidente em suas ausências;
- II - Exercer funções delegadas pelo Presidente ou pelo Plenário.

FLS.	022
PROC.	1414
C.M.	⊗

§ 3º Compete ao Secretário:

- I - Auxiliar o Presidente nas questões administrativas e na condução dos trabalhos da sessão, de forma a permitir o bom desempenho das plenárias;
- II - Lavrar as atas das reuniões e submetê-las à aprovação do Conselho;
- III - Substituir automaticamente o Presidente e o Vice Presidente, na vacância ou nas ausências de ambos;
- IV - Expedir comunicações e deliberações, encaminhando-as para a publicação e a divulgação, divulgando-as, inclusive, por intermédio do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal;
- V – Organizar e manter arquivo o acervo legal e documental atualizado;
- VI - Manter comunicação constante com os conselheiros, enviando documentos, pautas e matérias para estudo e ciência dos mesmos.

§ 4º O mandato dos membros da Diretoria Executiva do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 8º Ao Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara é facultado formar Câmaras Técnicas, Câmaras Setoriais, Comissões e Grupos Temáticos, provisórios ou permanentes, para assessoramento, consultoria técnica e profissional sobre assuntos de interesse coletivo, com a participação de conselheiros, Secretarias Municipais, órgãos públicos e demais colaboradores, objetivando apresentar projetos, elaborar pareceres e propor medidas que contribuam para a concretização de suas políticas.

Art. 9º O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara elaborará, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de entrada em vigor desta Lei, proposta de Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria simples dos membros presentes em assembleia convocada para esse fim e será publicado pelo Executivo Municipal por ato administrativo próprio.

Art. 10. Ficam mantidos, até o seu termo final, os atuais mandatos de conselheiros representantes da sociedade civil, concedidos com fundamento na Lei Municipal nº 7.558, de 21 de outubro de 2011, ainda que dessa manutenção implique aumento temporário no número de membros do presente Conselho.

Art. 11. Fica criada a “Conferência Municipal do Transporte Coletivo” para a elaboração do “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo”.

CAMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

5

Presidente

§ 1º A conferência será realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei e, para as próximas edições da conferência, em até 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação de sua convocação.

§ 2º A conferência será precedida, necessariamente, de mais de um debate temático sobre a questão do transporte coletivo no Município de Araraquara.

Art. 12. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da Conferência, o “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo” será encaminhado pela Conferência estabelecida na presente Lei ao Chefe do Executivo, que o submeterá ao crivo do poder legislativo na forma de Projeto de Lei.

Art. 13. O “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo” deverá conter as políticas públicas para o transporte coletivo no Município de Araraquara para os 4 (quatro) anos subsequentes à realização da Conferência.

Art. 14. O Chefe do Executivo designará a comissão organizadora da “Conferência Municipal do Transporte Coletivo” estabelecida nesta Lei no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei e, para as próximas edições da conferência, em 15 (quinze) dias a contar da publicação de sua convocação.

Art. 15. O Chefe do Executivo publicará o regulamento da “Conferência Municipal do Transporte Coletivo” no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei e, para as próximas edições da conferência, em 30 (trinta) dias a contar da publicação de sua convocação.

Art. 16. Após 2 (dois) anos do início da vigência de cada “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo” será convocada uma conferência para a realização de revisão e de diagnóstico sobre a execução parcial de cada plano.

Art. 17. A cada quatro anos, a contar da data de entrada em vigor da presente Lei deverá ser realizada a “Conferência Municipal do Transporte Coletivo”, observando-se o disposto nos Artigos 13 a 18 desta Lei.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 7.558, de 21 de outubro de 2011.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio do ano de 2017 (dois mil e dezessete).

JÉFERSON YASHUDA FARMACÊUTICO
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Palacete Vereador Carlos Alberto Manço
Gabinete da Presidência
Rua São Bento, nº 887 – Centro
CEP 14801-300 – ARARAQUARA /SP
Telefone PABX (16) 3301-0600 - FAX (16) 3301-0647



Ofício nº 053/17-DL

Araraquara, 24 de maio de 2017

A Sua Excelência o Senhor
Edson Antonio Edinho da Silva
Prefeito do Município de Araraquara

FLS.	024
PROC.	172/17
C.M.	①

Assunto: **Encaminhamento de autógrafos**

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em obediência ao artigo 81 da Lei Orgânica do Município, encaminho, anexos, os autógrafos aos projetos de lei aprovados na sessão ordinária realizada no dia 23 de maio de 2017 a seguir relacionados:

Autógrafo	Projeto de Lei	Autoria	Ementa
116/17	105/17	Vereador José Carlos Porsani	Denomina Fonte Prefeito Lafayette Müller Leal monumento histórico do Município.
117/17	139/17	Prefeitura do Município de Araraquara	Dispõe sobre o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara e dá outras providências.
118/17	140/17	Prefeitura do Município de Araraquara	Revoga a Lei Municipal nº 8.742, de 30 de junho de 2016.
119/17	142/17	Prefeitura do Município de Araraquara	Altera a Lei Municipal nº 6.251, de 19 de abril de 2005, para conceder horário especial a servidor com deficiência ou que possua cônjuge, filho ou dependente com deficiência; e para servidor estudante.
120/17	143/17	Prefeitura do Município de Araraquara	Autoriza o Executivo Municipal a celebrar Convênios com o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN-SP, para a execução de ações no âmbito do programa "Movimento Paulista de Segurança no Trânsito - MPST", visando à conjugação de esforços e repasse de recursos financeiros e dá outras providências.
121/17	144/17	Prefeitura do Município de Araraquara	Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no DAAE - Departamento Autônomo de Água e Esgoto e dá outras providências.
122/17	141/17	Prefeitura do Município de Araraquara	Altera as Leis Municipais nº 6.251, de 19 de abril de 2005, e nº 8.498, de 15 de julho de 2015, para aumentar o número de vagas do emprego de Técnico Desportivo.

Atenciosamente,

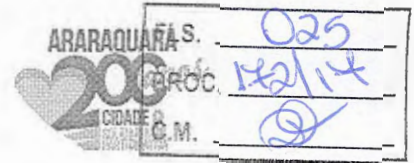
JÉFERSON YASHUDA FARMACÊUTICO
Presidente

e-mail: legislativo@camara-arq.sp.gov.br
www.camara-arq.sp.gov.br





MUNICÍPIO DE ARARAQUARA
- Gabinete do Prefeito -



OFÍCIO Nº 0999/2017

Em 31 de maio de 2017

Ao
Excelentíssimo Senhor
FARMACÊUTICO JÉFERSON YASHUDA
Presidente da Câmara Municipal
Rua São Bento, 887
14801-300 - ARARAQUARA/SP

REFERÊNCIA:

Autógrafo nº 117/17
Projeto de Lei nº 139/17

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente, com os nossos cordiais cumprimentos, tomamos a liberdade de passar às mãos de Vossa Excelência, para os devidos fins, a inclusa Lei Municipal nº 8.981, de 24 de maio de 2017, dispondo sobre a reformulação do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara.

Na oportunidade, apresentamos a Vossa Excelência os protestos de nosso elevado apreço e distinta consideração.

Atenciosamente,


ALAN SILVA
Chefe de Gabinete

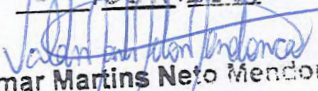
("PC")

Processo nº

172/17

Setor de Arquivo e Protocolo
Para os devidos fins.

08 JUN 2017


Valdemar Martins Neto Mendonça
Diretor Legislativo

16:18 07/06/2017 003981 PROTOCOLO-CÂMARA MUNICIPAL ARARAQUARA



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	026
PROC.	1421/17
C.M.	

LEI Nº 8.981

De 24 de maio de 2017

Autógrafo nº 117/17 - Projeto de Lei nº 139/17

Iniciativa: Prefeitura Municipal de Araraquara

Dispõe sobre o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal em sessão ordinária de 23 (vinte e três) de maio de 2017, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica reformulado o Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara, visando à participação da sociedade organizada, em especial dos usuários do transporte público coletivo, no processo de planejamento e gestão desse serviço, visando seu constante aperfeiçoamento.

Art. 2º O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo é órgão de participação direta da comunidade, tendo por atribuição:

- I. Auxiliar a Controladoria do Transporte de Araraquara – CTA, no planejamento de ações e fiscalização da política municipal de transporte público, emitindo parecer mensal sobre a qualidade do transporte público, inclusive sobre a execução de contratos de concessão, o qual deverá ser encaminhado mensalmente ao Chefe do Executivo;
- II. Participar do processo de planejamento das empresas de transporte coletivo, fazendo cumprir todas as exigências legais das concessões atualmente existentes no município;
- III. Possibilitar a participação da população no direcionamento das ações da(s) empresa(s) de acordo com as necessidades dos usuários;
- IV. Participar de políticas de melhoria na qualidade do serviço prestado, tendo poder para requerer informações e convocar prestadores de serviços;
- V. Incentivar a população a utilizar o transporte coletivo, tornando públicos indicadores de qualidade dos serviços prestados;

16:18 07/06/2017 003981 PROTOCOLO-CÂMARA MUNICIPAL ARARAQUARA



FLS.	027
PROC.	1314
C.M.	

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- VI. Participar da avaliação da qualidade de atendimento e propor mudanças, emitindo bimestralmente indicadores de qualidade de todos os serviços de transporte público existentes no município;
- VII. Analisar questões e sugestões quanto à demanda de usuários e beneficiários em geral;
- VIII. Acompanhar o desenvolvimento das ações para melhoria das condições de transporte para pessoas com deficiência, estabelecendo prazos para mudanças e adequações que, se não atendidas, ensejarão emissão de parecer do Conselho, encaminhado ao Chefe do Poder Executivo, opinando pela suspensão da concessão;
- IX. Requerer junto ao Chefe do Poder Executivo, à Controladoria de Transporte de Araraquara – CTA e às empresas concessionárias, a formação de grupos de assessoria técnica para, sempre que necessário, auxiliarem na formulação de pareceres de interesse dos usuários de transporte coletivo;
- X. Requerer junto à Controladoria de Transporte de Araraquara – CTA a elaboração de convênio com instituições de ensino para a elaboração de indicadores de qualidade de todos os modais de transporte público do município;
- XI. Divulgar as ações da(s) empresa(s) concessionária(s) que sejam de interesse da comunidade;
- XII. Elaborar proposta de regimento interno, bem como de suas alterações, e remetê-lo ao Chefe do Poder Executivo, para que o edite por ato administrativo próprio;
- XIII. Viabilizar a participação da população na formulação de diretrizes, de acordo com as necessidades dos usuários de transporte público, por meio da implantação de Conselhos Regionais de usuários do transporte público, que deverão acompanhar as divisões estabelecidas pelo orçamento participativo;
- XIV. Elaborar e aprovar normas próprias de funcionamento, um calendário de reuniões do Conselho, bem como de todos os Conselhos regionais, com a finalidade de dinamizar sua atuação e facilitar sua organização;
- XV. Convocar assembléias gerais ordinárias, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que necessário;
- XVI. Divulgar com antecedência a data e horário das reuniões ou assembléias;



FLS.	028
PROC.	172/14
C.M.	

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- XVII.** Buscar intercâmbio e integração com outros conselhos implantados no município;
- XVIII.** Manifestar-se sobre a majoração de tarifas de cobrança de todos os modais de transporte público.

Parágrafo único. Dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei, o Chefe do Executivo regulamentará a regionalização dos Conselhos de Usuários de Transporte Coletivo.

Art. 3º O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo será composto pelos seguintes representantes:

I. Do Poder Público:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano;
- b) 01 (um) representante da Coordenadoria Executiva de Mobilidade Urbana;
- c) 01 (um) representante da Controladoria do Transporte de Araraquara – CTA;
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular;
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública;
- f) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação.

II. Da Sociedade Civil:

- a) 02 (dois) representantes das concessionárias de transporte coletivo;
- b) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários Urbanos de Araraquara e Região;
- c) 01 (um) representante do Sindicato dos condutores autônomos de Araraquara;



FLS.	029
PROC.	145/14
C.M.	01

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- d) 01 (um) representante do Sindicato dos transportadores escolares de Araraquara – SINTEA;
- e) 01 (um) representante do Sindicato dos empregados no comércio de Araraquara e Região – SINDCOMERCIÁRIOS;
- f) 04 (quatro) representantes de Conselhos Municipais, sendo um do Conselho Municipal do Idoso, um do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiências – Comdef, um do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Araraquara e um do Conselho Municipal da Juventude - COMJUVE;
- g) 02 (dois) representantes de entidades de estudantes secundaristas;
- h) 02 (dois) representantes de entidades de estudantes universitários;
- i) 01 (um) representante de entidades voltadas para a atenção à pessoa idosa;
- j) 11 (onze) representantes dos Conselhos Regionais de usuários do transporte público, respeitando-se a representatividade regional (1 Conselheiro por regional);
- k) 04 (quatro) representantes do Orçamento Participativo, sendo 02 (dois) deles escolhidos na Plenária da Cidade e 02 (dois) deles escolhidos a partir dos membros do Conselho do Orçamento Participativo.

§ 1º Os representantes do Orçamento Participativo, oriundos do Conselho do Orçamento Participativo, referidos na alínea “k” do inciso II deste artigo serão escolhidos em reuniões plenárias públicas convocadas para a elaboração das prioridades orçamentárias do município, para integrarem o Conselho Municipal do Orçamento Participativo (representantes de diversas regiões) e, posteriormente, entre os membros desse conselho, escolhidos para integrar este Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara.

§ 2º Enquanto não tiverem sido empossados os membros do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, os membros do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara referidos na alínea “k” do inciso II deste artigo serão representados, interinamente, por representantes das Plenárias do Orçamento Participativo.

§ 3º Os representantes do Orçamento Participativo referidos na alínea “k” do inciso II deste artigo, oriundos da plenária da Cidade, serão escolhidos em reuniões plenárias públicas



FLS.	030
PROC.	1217
C.M.	

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

convocadas especialmente para a discussão do orçamento participativo voltado para as políticas para o transporte coletivo.

§ 4º A escolha dos representantes dos Conselhos referidos nos incisos “f” e “j” do inciso II deste artigo dar-se-á por meio de eleição que será convocada, a partir da publicação de edital, pela Presidência dos respectivos conselhos.

§ 5º O Chefe do executivo designará os representantes governamentais no prazo de 15 (quinze) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei.

§ 6º As entidades da sociedade civil e entidades privadas às quais foi franqueado assento no presente Conselho indicarão seus representantes no prazo de 15 (quinze) dias a contar da entrada em vigor do presente Lei, sendo que, após tal indicação, o chefe do Executivo terá igual prazo para ultimá-las.

§ 7º Os representantes da sociedade civil e de entidades privadas referidos no presente artigo que se ausentarem por três vezes das reuniões do Conselho, de maneira injustificada, serão substituídos, por meio de novas designações efetuadas pelo Chefe do Executivo, respeitando-se a representatividade estabelecida neste artigo.

Art. 4º Os membros do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

Parágrafo único. Ocorrendo vaga no Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara por renúncia, morte ou incompatibilidade de função de algum de seus membros, o Chefe do Executivo efetuará nova designação, na forma do §7º do Art. 3º desta Lei, respeitando-se a representatividade estabelecida na composição do Conselho.

Art. 5º O exercício das funções de membro do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara será gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 6º O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quantas vezes se fizer necessário, a partir da convocação de seu Presidente ou da maioria simples de seus membros.

Art. 7º O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara será coordenado por uma Diretoria Executiva composta por um Presidente, um Vice Presidente e Secretário,



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	031
PROC.	1217
C.M.	

eleitos pelos seus pares, dentre os seus membros, na primeira reunião ordinária do Conselho após a entrada em vigor da presente Lei.

§ 1º Compete ao Presidente:

- I. Representar como autoridade e exercer a direção superior do Conselho em todos os seus aspectos, ouvido o plenário, fazendo cumprir a responsabilidade geral do colegiado;
- II. Convocar e presidir as reuniões e eventos realizados pelo Conselho;
- III. Cumprir e zelar pelo cumprimento da legislação que rege as atividades e a vida do Conselho, encaminhando as suas resoluções deliberativas;
- IV. Coordenar as discussões, concedendo a palavra aos conselheiros, ordenando os debates e neles intervindo para esclarecimento e encaminhamentos;
- V. Resolver questões de ordem;
- VI. Comunicar a quem de direito as decisões do Conselho e encaminhá-lhe as deliberações que impliquem providências;
- VII. Designar membros para compor comissões, Câmaras Técnicas, além de para representar formalmente o Conselho e para o desempenho de encargos especiais;
- VIII. Fazer executar as decisões do Plenário;
- IX. Dar publicidade, pelos meios oficiais e pelo sítio da Prefeitura Municipal, de ato do Conselho ou de súmula de ata de qualquer reunião, desde que contenha matéria de interesse imediato da comunidade;
- X. Deliberar em casos de urgência e sobre casos omissos no Regimento "ad referendum" do Plenário.

§ 2º Compete ao Vice Presidente:

- I. Substituir e representar o Presidente em suas ausências;
- II. Exercer funções delegadas pelo Presidente ou pelo Plenário.

§ 3º Compete ao Secretário:



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	0320
PROC.	142/17
C.M.	9

- I. Auxiliar o Presidente nas questões administrativas e na condução dos trabalhos da sessão, de forma a permitir o bom desempenho das plenárias;
- II. Lavrar as atas das reuniões e submetê-las à aprovação do Conselho;
- III. Substituir automaticamente o Presidente e o Vice Presidente, na vacância ou nas ausências de ambos;
- IV. Expedir comunicações e deliberações, encaminhando-as para a publicação e a divulgação, divulgando-as, inclusive, por intermédio do sítio eletrônico da Prefeitura Municipal;
- V. Organizar e manter arquivo o acervo legal e documental atualizado;
- VI. Manter comunicação constante com os conselheiros, enviando documentos, pautas e matérias para estudo e ciência dos mesmos.

§ 4º O mandato dos membros da Diretoria Executiva do Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara será de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 8º Ao Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara é facultado formar Câmaras Técnicas, Câmaras Setoriais, Comissões e Grupos Temáticos, provisórios ou permanentes, para assessoramento, consultoria técnica e profissional sobre assuntos de interesse coletivo, com a participação de conselheiros, Secretarias Municipais, órgãos públicos e demais colaboradores, objetivando apresentar projetos, elaborar pareceres e propor medidas que contribuam para a concretização de suas políticas.

Art. 9º O Conselho de Usuários de Transporte Coletivo no Município de Araraquara elaborará, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de entrada em vigor desta Lei, proposta de Regimento Interno, que deverá ser aprovado pela maioria simples dos membros presentes em assembléia convocada para esse fim e será publicado pelo Executivo Municipal por ato administrativo próprio.

Art. 10. Ficam mantidos, até o seu termo final, os atuais mandatos de conselheiros representantes da sociedade civil, concedidos com fundamento na Lei Municipal nº 7.558, de 21 de outubro de 2011, ainda que dessa manutenção implique aumento temporário no número de membros do presente Conselho.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

FLS.	033
PROC.	14214
C.M.	Q

Art. 11. Fica criada a “Conferência Municipal do Transporte Coletivo” para a elaboração do “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo”.

§ 1º A conferência será realizada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei e, para as próximas edições da conferência, em até 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação de sua convocação.

§ 2º A conferência será precedida, necessariamente, de mais de um debate temático sobre a questão do transporte coletivo no Município de Araraquara.

Art. 12. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da Conferência, o “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo” será encaminhado pela Conferência estabelecida na presente Lei ao Chefe do Executivo, que o submeterá ao crivo do poder legislativo na forma de Projeto de Lei.

Art. 13. O “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo” deverá conter as políticas públicas para o transporte coletivo no Município de Araraquara para os 4 (quatro) anos subseqüentes à realização da Conferência.

Art. 14. O Chefe do Executivo designará a comissão organizadora da “Conferência Municipal do Transporte Coletivo” estabelecida nesta Lei no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei e, para as próximas edições da conferência, em 15 (quinze) dias a contar da publicação de sua convocação.

Art. 15. O Chefe do Executivo publicará o regulamento da “Conferência Municipal do Transporte Coletivo” no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da entrada em vigor da presente Lei e, para as próximas edições da conferência, em 30 (trinta) dias a contar da publicação de sua convocação.

Art. 16. Após 2 (dois) anos do início da vigência de cada “Plano de Municipal de políticas públicas para os usuários do transporte coletivo” será convocada uma conferência para a realização de revisão e de diagnóstico sobre a execução parcial de cada plano.

Art. 17. A cada quatro anos, a contar da data de entrada em vigor da presente Lei deverá ser realizada a “Conferência Municipal do Transporte Coletivo”, observando-se o disposto nos Artigos 13 a 18 desta Lei.



FLS.	034
PROC.	172/17
C.M.	2

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

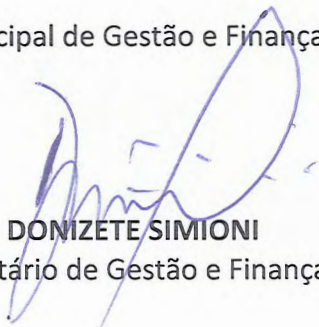
Art. 18. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 7.558, de 21 de outubro de 2011.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio do ano de 2017 (dois mil e dezessete).


EDINHO SILVA
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria Municipal de Gestão e Finanças, na data supra.


DONIZETE SIMIONI
Secretário de Gestão e Finanças

Arquivada em livro próprio 01/2017. ("PC").

.Publicada no Jornal "A Cidade", de Terça-Feira, 30/maio/17 - Ano 112 - Nº 128.